

RESOLUÇÃO CPMPc Nº 001, DE 24 DE FEVEREIRO de 2010

Revogada pela Resolução MPC nº 11/2014

Considerando que as contas apresentadas pelo Governador do Estado são submetidas a exame do Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, nos termos do art. 76, I da Constituição do Estado e do art. 40 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008;

Considerando que após o encerramento da fase instrutória referenciada no art. 233, § 4º. da Resolução n. 12/2008 do Tribunal de Contas, o balanço geral vem ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer escrito;

Considerando a necessidade de estabelecer-se critério para a distribuição do respectivo processo, para a emissão do parecer ministerial;

Considerando a necessidade de se distribuir o balanço geral previamente, em razão da complexidade do exame e da exigüidade do prazo para a manifestação ministerial;

O colegiado de Procuradores do MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, no exercício de sua competência, RESOLVE:

ESTABELECEER que o processo será distribuído objetiva e aleatoriamente, por sorteio, aos Procuradores que ainda não houverem emitido parecer ministerial no balanço geral; ressaltando-se que a renovação do sorteio somente se realizará quando todos os Procuradores do Ministério Público de Contas forem contemplados pelo sorteio e proferirem o respectivo parecer.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maria Cecília Mendes Borges - Procuradora do Ministério Público

Cláudio Couto Terrão - Procurador do Ministério Público

Glaydson Santo Soprani Massaria - Procurador do Ministério Público

(Minas Gerais, de 04.03.2010)